



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 26/10/2021

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, em segunda convocação para a realização da continuação da pauta, objeto da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) ocorrida no dia dezanove de outubro de dois mil e vinte e um, no período das catorze horas e trinta minutos às dezessete horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom, reuniram-se pelo segmento dos usuários: a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira suplente Solane Leonor Carvalho de Lima (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheira Mara Núbia Maciel (União Brasileira de Mulheres – UBM); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Larissa Cristina Terzeo Machado (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD e conselheira suplente Keroulay Estebanez Roque (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). A Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, Carmem Terezinha Gomes Sasaki, compartilhou a pauta na tela, lembrando que essa reunião refere-se a continuidade da reunião de dezanove de outubro de dois mil e vinte e um. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** após cumprimentar a todos, pediu desculpas pela sua breve ausência no Conselho, que foi motivada por circunstâncias pessoais. Agradeceu a todos as mensagens que recebeu e deu início à reunião, passando a palavra à **Secretária**

Executiva do Conselho Municipal de Saúde, Carmem Terezinha Gomes Sasaki que fez a leitura dos pontos restantes da pauta que precisavam ser concluídos. A seguir, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** solicitou à Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde Carmem Terezinha Gomes Sasaki que compartilhasse a tela e disse que na reunião passada foi apresentado os “Programas Estratégicos” e que faltou apresentar os “Programas Complementares”. Para dar seguimento ao ponto três da pauta “**Apresentação dos subsídios à construção do PMS 2022-2025**”, foi chamando, na sequência, um a um dos apresentadores, ficando assim dispostos: A primeira foi a **Dra. Aline Affonso da Urgência e Emergência pela S/SUBHUE**, que depois de se identificar como Superintendente dos Hospitais Gerais e de Retaguarda deu início à parte que lhe cabia. A segunda foi a **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro pela SUBGERAL**. O terceiro foi **Wagner pela Vigilância Sanitária** e o quarto e último foi o **Sr. Jorge Luiz representando a S/SUBG**. Ao final das apresentações do ponto, foi passada a palavra à **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que solicitou à conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal que enviasse ao grupo a apresentação que acabara de ser feita, porque ela (a conselheira Morgana) sabe o que consta no PPA, sabe onde estão dispostos os itens no referido documento, mas será mais fácil localizar na “Apresentação”. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** respondeu-lhe que enviará, sim, até porque se trata de uma proposta que estará sendo apresentada na Câmara Municipal no dia quatro de novembro. Novamente com a palavra, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que, embora a Gestão tenha enviado o PPA para os conselheiros, havia solicitado com antecedência e tinha ficado combinado que ela (a Gestão) enviaria, também, os materiais referentes às Apresentações, porque é muito complicado na hora da reunião ter um conjunto de informações, ter um monte de observações anotadas desde a reunião passada e não ter como acompanhar e comparar essas observações sem olhar o dito material. Alegou que fez essa solicitação para que fique mais fácil para os seus colegas acompanharem o raciocínio dela, pois começará a comentar um conjunto de coisas para as pessoas e, sem esse material, a real participação dos conselheiros fica prejudicada. Que, antes de tudo, fez uma solicitação para que a fala dela pudesse ser melhor compreendida. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que, no momento dos informes, fará a comunicação de que, na noite anterior, o Chefe de Gabinete encaminhou à Câmara Municipal já com data acertada, a proposta que será apresentada pelo Secretário e que, tão logo essa proposta seja apresentada pelo Secretário, ela será disponibilizada para os conselheiros. Acrescentou que o Prefeito disponibilizou as propostas e relatou que a Saúde iniciava na página setenta e sete. Insistindo, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que já existe um combinado no Colegiado de que as “Apresentações” feitas para o Colegiado devem ser enviadas a ele; que se essa proposta já está no PPA, a Rede tem que apresentá-la ao Colegiado. Falou, ainda, que o objetivo dela é fazer com que todas as pessoas que fazem parte do Conselho Municipal de Saúde entendam como esse instrumento pode ser decisivo na vida delas. Explicou que o Plano Plurianual é o grande regulador do que é relevante ou não para a Gestão e que o Plano Estratégico é um grande conjunto de intenções. Porém, o que existe entre o que está no campo das idéias e o que realmente é factível de ser executado, é o instrumento de Gestão, que é o que efetivamente é regulado, pois é ele que é verificado pelo Tribunal de Contas. Falou, ainda, que quando se refere à Gestão, não está falando do Secretário ou da Técnica que faz um trabalho brilhante. Fala da pessoa que foi eleita e que vai ser julgada por outras pessoas que têm instrução para tal. Acrescentou que é muito difícil identificar a relevância de uma ação quando ela não está colocada dentro do Plano Plurianual; que é preciso muita atenção com esse documento e recomendou aos conselheiros que estejam presentes na apresentação que será realizada no dia quatro de novembro para cobrar, diretamente, que estejam identificadas e sejam respeitadas as ações que

consideram relevantes e que estão presentes na Conferência Municipal de Saúde. Em seguida, começou a falar dos apontamentos que fizera com relação à apresentação feita. Sobre o “Programa Infância Carioca”, disse que esse Programa foi discutido amplamente no Conselho da Cidade e num momento de articulação com a Secretaria de Política das Mulheres, onde ela (a conselheira) participa como indicada pela SPM, que foi colocado, de modo direto, e assim foi entendido pela Fundação João Goulart, que estava fazendo essa mediação, que o processo de primeira infância deve incluir a questão do acompanhamento da gestante. Observou que a forma como o Programa está colocado pela Secretaria Municipal de Saúde, foca no resultado da mortalidade infantil; deduzindo, daí, que há algo que não está alinhado com a intenção do Programa. Mencionou a necessidade de se fazer o realinhamento, porque existe um vazio puerperal e todos sabem que é, aí, que piora o processo. Disse que esse Programa de Primeira Infância não fala uma linha de índice de amamentação e que no mínimo, esses indicadores deveriam trazer se há mais Unidades da Atenção Básica que são amigas das crianças. Perguntou quantas Unidades são amigas das crianças, atualmente, e quantas estão fazendo promoção da amamentação nos territórios vinculados aos Territórios Sociais que estão colocados pela Fundação João Goulart e pelo IPP? Deduziu que o território foi mapeado, mas não se consegue identificar se ali existe um problema de amamentação. Disse, ainda, que todos sabem que, quando não há amamentação sustentada, principalmente, nos seis primeiros meses de vida, há um impacto nos primeiros mil dias da vida dessa da criança. A amamentação é cuidar da mãe, é cuidar da pessoa que está parindo, é cuidar da usuária que teve o bebê. Não é medir o processo de puericultura. Como representante no segmento usuário, espera que os técnicos entendam que a crítica que faz, não é ao trabalho deles, mas a falta de indicadores. Observou, ainda, a necessidade de melhorar o processo da Rede de Apoio nesse Programa, porque não há, nele, nenhuma visão de que a infância começa a partir de crianças que têm rede de apoio, que têm condições de existir. Disse que não adianta ficar fazendo medidas de útero, porque mulher não é fábrica, não é um receptáculo que vai produzir bebês saudáveis. Pediu para que não tratem as pessoas dessa forma e espera que esse Programa seja revisto, incluindo, nele, um olhar para a pessoa gestante. A Rede Hospitalar foi outro item mencionado. Sobre esse item, disse que, naquele dia (o da reunião), participou da reunião do Comitê de Mortalidade Materna com o Gabinete e várias outras representações e que a razão de mortalidade materna no Rio de Janeiro, atualmente, é de cento e oitenta e oito ponto cinco e a meta do Plano Estratégico é de redução de setenta. Acha que, ali, não há nada, nenhum indicador que diga como isso será feito. Afirmou que a redução de mortalidade materna precisa de ações específicas e de matriciamento. Sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde faça proposta de uma ação específica de redução de mortalidade materna, inclusive, com índice em relação a mulheres negras que bata acima dos trezentos. Entende que não é possível a Gestão dizer que existe enfrentamento à mortalidade materna sem apresentar um indicador cujo cumprimento não possa ser cobrado no Ministério Público. Sobre as Políticas de Saúde à População Negra que estão na ação “22.18”, disse que consta ali a palavra “Seminário” e que Seminário não é ação para a saúde da população negra; que não consta nessa ação, um índice que fale da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas ou proposta de ter uma Área Técnica. Declarou que é inadmissível que o Conselho Municipal de Saúde saia dessa reunião sem um posicionamento a respeito de ter um investimento direto em relação à saúde da população negra, que foi a que mais morreu durante a Covid por “n” situações de iniquidades. Disse, ainda, que tem vinte outros pontos a questionar; porém o fará, diretamente, por escrito e espera que os conselheiros estejam atentos, pois esse PPA não representa os anseios que foram colocados na 13ª Conferência, se as ações ficarem genéricas conforme estão. E, não é porque ele (o PPA) está ruim, mas, sim, pela forma ampla e genérica que as metas foram colocadas, sem a explicitação das prioridades que foram votadas. Prosseguindo com

as exposições das dúvidas, a **conselheira Valeska Holst Antunes**, com a palavra, em relação à Saúde Mental falou da previsão de expansão dos equipamentos, de CAPSI e etc... Observou que no Programa Estratégico, diferentemente, da Atenção Básica, onde se consegue ter mais ou menos uma previsão de onde a expansão vai ser feita, na parte da Saúde Mental isso não está explícito. Entende que é interessante se tivessem o desenho dessa expansão, quais áreas são prioritárias dentro da avaliação estratégica da Secretária Municipal de Saúde. Referiu-se, também, à qualificação de hospitais e maternidades no que diz respeito à estratégia colocada na apresentação, ou seja, parceria público-privada, leia-se “Organizações Sociais”. Disse que fica muito explícito que existe um plano da Secretaria Municipal de Saúde de fazer contratos de gestão através de Organizações Sociais com os hospitais que, atualmente, são da Administração Direta. Diante disso, entende que esse é um tema muito delicado e o Conselho Municipal de Saúde precisa debater com profundidade. Acrescentou que compreende as questões relacionadas a essa opção, porém vêm de um período de uma gestão passada que mostrou o quanto existe de fragilidades enquanto estratégia de Estado porque os governos mudam. Acha que isso é algo que precisa ser debatido. Referiu-se, também, que fica muito explícito que em nenhum momento no Plano Estratégico se coloca alguma coisa no sentido de valorização dos servidores da Administração Direta, mesmo existindo uma promessa de PCCS para a Secretaria de Saúde que foi feita na Gestão anterior do Prefeito Eduardo Paes. Sobre as EPPs, disse que uma das principais justificativas que se coloca é a Lei da Responsabilidade Fiscal porque, hoje, as EPPs não entram nessa Lei. Contudo, já existe uma determinação do Ministério da Economia de que a partir do ano que vem as EPPs, também, vão entrar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Deduziu que, de qualquer maneira, esta Gestão terá um problema e nesse sentido, acha que é bom avaliarem a situação porque existe uma Empresa Pública (a RIOSAÚDE) capaz de contratar via CLT, através de concurso público. Dando prosseguimento, novamente com a palavra, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** referiu-se a pergunta da conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti, ausente nessa reunião, mas que deixara no "chat", quando da sua participação na parte primeira da reunião, as perguntas: como se dará a implementação do Prontuário Eletrônico, já que existe meta para ele dentro do Plano Estratégico da Cidade? Será feita como foi nas Clínicas da Família, via E-SUS, inclusive em relação aos gastos que são destinados à essa implementação? Como será feita a migração dos dados? A seguir falou que é importante colocar a revitalização dos Conselhos Distritais de Saúde e dos recursos necessários para que eles existam e possam funcionar. Entende ser necessário que estejam mais explícitos indicadores no PPA, de forma a não aparecer como um item geral. Na sequência, a **conselheira Solane Leonor Carvalho de Lima**, representando a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, disse que não teria observado, no Plano, uma referência explícita com relação às questões das pessoas com deficiências e à atenção à saúde dessa população, sendo que essa questão jamais pode faltar em qualquer Plano. Falou que o Plano faz referência a uma cidade inclusiva, à equidade de acesso, ampliação de acesso, mas não viam referência clara à atenção à saúde da pessoa com deficiência. Perante esses dados, solicitou que o Plano seja repensado e, incluído, nele, os pontos necessários para o “Atendimento à Política Nacional de Saúde à Pessoa com Deficiência”; pois que, essa política já existe e só precisa ser cumprida. Nesse sentido, salientou a necessária atenção à ampliação do acesso e qualificação no atendimento à pessoa com deficiência, garantindo a concessão de tecnologias em saúde tais como: órteses e próteses. Lembrou que têm um “Plano Nacional de Órteses e Próteses” que credencia Centros de Reabilitação com viés do SUS. Entende, portanto, que é prioritária para a inclusão nos eixos de ampliação, garantia de acesso; ampliação desse acesso às pessoas com deficiência e a garantia da concessão dessas tecnologias em saúde. Reivindicam, também, a garantia à acessibilidade em todos os ambientes, serviços e equipamentos como, por exemplo: a

disponibilização de equipamento para mamografia, de modo que pessoas com deficiência e cadeirantes possam ter acesso a ele. Outro, uma simples balança para cadeirante que, infelizmente, as Unidades de Saúde não dispõem, sendo um equipamento fundamental para que a pessoa possa ser avaliada pelo médico em sua completude e totalidade. Falou da dificuldade que existe no simples fato de uma pessoa deficiente subir em uma balança. Por fim, disse o que estão pedindo, na verdade é a inclusão nos eixos temáticos de total atendimento à “Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência” e que isso não pode faltar e não basta citar no documento, pois precisam de atenção à saúde dessa população. A seguir, foi passada a palavra ao conselheiro **Ludugério Antônio da Silva** dizendo que gostaria de encaminhar as perguntas que tinha a fazer, por escrito, para a Comissão Executiva e Presidência do Conselho Municipal de Saúde tomarem ciência e, em seguida, remetê-las ao Dr. Hugo, a Dra. Tatiane Caldeira e Dr. Márcio Luiz Ferreira. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu ao conselheiro que poderia encaminhá-las, conforme ele havia solicitado. Dando início às respostas dos questionamentos feitos pela SUBPAV, o **Dr. Renato Cony**, com relação ao PIC “Programa da Primeira Infância Carioca”, começou explicando que o PPA é uma construção do orçamento e alocaram nesse PPA os recursos necessários para que fosse possível atingir o que foi descrito no Planejamento Estratégico. Sobre as perguntas que dizem respeito como a Secretaria vai fazer; qual o processo para reduzir mortalidade ou o processo para reduzir as iniquidades do acesso à saúde, disse que não cabe a ele responder. Acrescentou que no PPA tem a construção de um orçamento; que esses apontamentos estão descritos nos materiais técnicos que estão disponíveis tanto no Planejamento Estratégico, como nos Materiais Técnicos da Secretaria. Especificamente sobre a PIC no PPA, disse que focaram as ações nas crianças e na primeira infância e que, obviamente, o Projeto de PIC(s) abarca o pré-natal e o puerpério. Saliu que na iniciativa “Unidade Amiga da Primeira Infância”, existem ações específicas para o pré-natal e puerpério; que o Programa da Primeira Infância Carioca, o Programa de Territórios Sociais ou qualquer outro Programa que coloque foco na população mais vulnerável do Rio de Janeiro, englobam, obviamente, crianças na primeira infância, suas mães, o puerpério e o pré-natal. A seguir, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que havia sugerido ao Conselho Municipal de Saúde que, assim como os Técnicos fazem uma programação e um planejamento anual de ciclos de debates, o Conselho deveria, também, fazer nas reuniões um planejamento anual de apresentação, exatamente, do Planejamento Técnico, que não está refletido dentro do PPA. Entende ser fundamental tanto que os Conselhos Distritais junto com as suas Coordenações e o Conselho Municipal tragam sempre um tema técnico para as suas reuniões para que, tanto um quanto o outro saibam o que está sendo conduzido e ajudem a Secretaria de Saúde nesse processo. Em complementação ao assunto mortalidade materna, o **Dr. Renato Cony** falou que existe um Comitê que avalia o tema e traz as proposições tanto para a SUBPAV como para a SUBHUE. Então o tema não está perdido na Secretaria. É um tema central, onde as principais energias da Secretaria são colocadas. Sobre o orçamento da SAPS, explicou que ele tem dois grandes blocos: um bloco para a Atenção Primária e um bloco para a Atenção Especializada. A Secretaria procura garantir no PPA, no bloco da Atenção Primária, que as Clínicas da Família, os CMS(s), as Policlínicas, os Centros de Reabilitação e os Centros de Especialidade Odontológica funcionem com recursos adequados para prover a Atenção Primária e a Atenção Especializada para a população. Esclareceu que dentro do grande orçamento da Atenção Primária, a quantidade de recursos que foi alocada nas Unidades da Atenção Primária é para que nessas Unidades se exerçam todas as atribuições para que se promova o acesso da população, independentemente, da idade, do sexo, da raça ou da condição sócio econômica. É para que todos os cariocas que queiram ou necessitem de uma Unidade de Atenção Primária possam ter acesso a ela, com uma

carteira de serviços abrangente, carteira de serviços que a Secretaria de Saúde lançará no dia 30 outubro. Finalizou dizendo que é para que consigam trabalhar com orientação comunitária, familiar e competência cultural. Prosseguindo nas respostas, o **Dr. Hugo Fagundes** referiu-se a questão levantada pela conselheira Valeska Holst Antunes sobre a expansão, dizendo tratar-se de uma questão pertinente porque na cidade há áreas onde é fundamental garantir a conversão dos serviços existentes e fortalecer a Rede existente, transformando os CAPS II em CAPS III. Acrescentou que esse é um caminho que tem que ser trilhado logo e entende que tem tarefa com a conversão dos serviços no Profeta Gentileza, o Torquato Neto, o Lima Barreto, o Rubens Correia, o Maurício de Souza, a Eliza Santa Rosa, o Carlos Augusto Magal, o Ernesto Nazaré e a Dircinha e Linda Batista. Falou que é necessário pensar em CAPS novos, principalmente, CAPSad III. É necessário um na 1.0, um na 2.1, um na 5.1 e um na 5.2, assim como é necessário pensar em CAPSI na 2.2, na 5.3 e o Mauá na Zona Oeste. Explicitou que todo o programa, o desenho de expansão e de qualificação passa por esse caminho, pela conversão dessas Unidades e pela implantação de novas Unidades. Informou que estão em um processo acelerado de implantação do prontuário eletrônico da Saúde Mental. Explicou que se trata de um prontuário público; que não se paga licença para utilização e, é um prontuário "web", onde todos os serviços poderão ter acesso a ele, sendo evidente a necessidade de se fortalecer a qualidade do acesso à internet e dos equipamentos. Que nesse prontuário já existe o registro das RAIS, que é a forma de faturamento para os CAPS(s) e que não há necessidade de cadastrar as pessoas, elas já estão cadastradas. Informou que fizeram uma negociação com o PRIME, tanto para a RioSaúde quanto para a Gnosis que é a parceira da SMS na 2.1, envolvendo o CAPS Maria do Socorro e o CAPS Franco Basaglia. As bases do Prime Saúde Mental já foram disponibilizadas e, nesse momento, estão trabalhando na incorporação delas no prontuário vigente. Anunciou que, simultaneamente àquele momento da reunião, estava saindo o último morador do Instituto Municipal Nise da Silveira. Informou que o Instituto deixa de ser uma Unidade Hospitalar, ou seja, acaba o Hospício do Engenho de Dentro. Informou que no dia oito de novembro começará a funcionar a Saúde Mental no CER Realengo e também na próxima semana, começará a funcionar o CAPS Torquato Neto já como CAPS III, ainda necessitando de obras, mas trabalhando com essa perspectiva. Falou, também, que pensam em fazer um trabalho de requalificação do Hospital Jurandir Manfredini que tem uma proposição de um papel de atenção secundária com implantação de equipes multiprofissionais de Saúde Mental. Após, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, disse que a Secretaria sempre cumpriu com o encargo que tem na distribuição de Órteses e Próteses. Portanto, essa distribuição está garantida. Entende que as contribuições dos conselheiros distritais e municipais são fundamentais, porém precisam se debruçar na parte técnica. Depois, perguntou se havia algum conselheiro que não se sentia contemplado com as respostas. Então, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** acenou que sim e, com a palavra, dirigindo-se ao Dr. Renato Cony, agradeceu-lhe a dedicação, bem como a de todos os técnicos, em trazer a mensagem de que estão abertos ao debate, mas que irá cumprir o seu papel de conselheira, dizendo que tem um conjunto de indicadores ao final de cada item. Entende que, no mínimo, deveria estar explicitada a maneira como eles serão medidos e que ela (a conselheira Morgana) é uma técnica, embora não seja em Saúde, mas sabe o que é programação, projeto, como o dinheiro é alocado, como se organiza um orçamento e como se costura essa conta. Caso não haja uma forma de explicitar cada ação, cada programa, ela (a conselheira) se sente preocupada porque sabe que uma conta foi feita para chegar aos bilhões, aos milhões de reais que estão sendo ali colocados. Explicou que, se a ação está prevista é porque foi feita uma conta sobre ela; se foi feita uma conta sobre ela foi para saber como vai operacionalizar. Portanto, alguém tem que saber dizer qual é o real que será gasto, efetivamente, com o tema que levanta porque ela (a conselheira) faz parte do Controle Social. Questionou

o fato de não haver um indicador expresso no PPA e se o tema da Amamentação está presente. Disse que cobra tão somente que os instrumentos sejam transparentes sobre o que é possível para o Controle Social monitorar, pois se um assunto é caro e ele não está presente em nenhuma forma de monitoramento, fica claro que existe um problema real no instrumento de Gestão. Falou, ainda, que não sabe o quanto os seus colegas conselheiros conseguem entender o prejuízo que ocorre quando há a ausência de um indicador. Por isso, entende que o Conselho Municipal de Saúde deve se manifestar, porque isso trata de determinantes sociais em Saúde, trata do literal combate à iniquidade. Referindo-se ao que a conselheira Solane Leonor Carvalho de Lima teria dito sobre a existência de uma política que deve ser implementada, ela (conselheira Morgana) considera que os itens dessa política não se referem a Centros de Reabilitação porque quando fala sobre mortalidade materna, não está falando sobre leite; que, ali, na reunião, estão falando de coisas diferentes. Acrescentou que os apresentadores estão falando que o PPA e o orçamento estão voltados para ser construído com base na Unidade da coisa e, mesmo quando eles lhe apresentaram o Programa, porque a apresentação do texto base do Programa não traz nem essa palavra. Por isso, do ponto de vista do instrumento de Gestão, daquilo que é passível de ser imputado ao Gestor e ao Prefeito, isso não lhe será cobrado. Se for feito, será uma benesse, um algo a mais, uma ideia que foi boa porque os técnicos assim o desejaram. Disse que acompanha a luta dos vários técnicos que se sustentam nessa Secretaria para além dessa gestão e como é importante para os trabalhadores que estão no Corpo Técnico tenham real interesse de que esses processos aconteçam. Saliu que estão tendo a oportunidade de qualificar os indicadores e a forma como temas que são caros para a sociedade e estejam presentes no PPA, mas que a forma como eles estão registrados não atende às prioridades que o Conselho Municipal de Saúde considera. Solicitou o encaminhamento de um Ofício elencando os temas que são caros ao Conselho para que seja remetido não só para o Gabinete, mas também para todos os vereadores da Cidade do Rio de Janeiro que receberão o Secretário Municipal de Saúde no dia quatro de novembro para que os parlamentares que irão aprovar esse orçamento e o PPA saibam que os interesses dos conselheiros não estão descritos no que está documentado. Falou em montar um grupo de trabalho para escrever esse documento a partir das sugestões que os conselheiros enviarem à luz do que foi apresentado pelo Corpo Técnico e pela conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal que disse que, afinal de contas é uma sugestão que o Secretário vai levar ao público na próxima semana, dia quatro. Prosseguindo, a **conselheira Solane Leonor Carvalho de Lima** perguntou como a concessão de Órteses e Próteses dar-se-á dentro da Secretaria Municipal de Saúde? Como a Secretaria está planejando ampliar o acesso à Saúde para pessoas com deficiência em termos práticos e objetivos? E, qual é o orçamento destinado ao serviço? Em seguida, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** esclareceu que o atendimento à pessoa com deficiência é um tema muito importante porque para ser feito, ele percorre um caminho que passa por diversas Secretarias em termos de acessibilidade. Portanto, é necessário que várias Secretarias estejam envolvidas, juntamente com a Saúde, num conjunto de ações para que efetivamente possa ocorrer esse atendimento. Com a palavra, diante da fala da conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal, a **conselheira Solane Leonor Carvalho de Lima** disse que concordava com a fala dela, no que diz respeito às ações integradas com outras Secretarias para que o atendimento à pessoa com deficiência seja realizado. Porém, algumas ações cabem, especificamente, à área da Secretaria Municipal de Saúde e essas ações precisam ser feitas e essas questões precisam ser atendidas. Falou que sabem que tudo o que se relaciona à pessoa é transversal e que vai atingir várias áreas, mas, ali (na reunião) estão se detendo somente às questões que cabem à Secretaria Municipal de Saúde e que são possíveis de serem feitas, independentemente, do diálogo com outras Secretarias. Exemplo: a ampliação do acesso e adequação dos serviços em exames com equipamentos para

mamografias, medidas de peso com balanças, entre outros. Com relação à dispensação de Órteses e Próteses, a **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu à conselheira que, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e na SUBGERAL, têm o setor de contratos de serviços complementares, serviços que não têm suficiência dentro da rede própria da Secretaria. Informou que a ABBR é contratada como um estabelecimento de saúde especializado em reabilitação e, também, faz a dispensa de órteses e próteses. Que o acesso do usuário a essa dispensa é feito com o encaminhamento para a reabilitação física ou para a própria dispensa de órteses e próteses pela Atenção Primária. Em relação à rede própria, têm na SUBPAV, dentro da estrutura da Superintendência da Atenção Primária, a Coordenação de Reabilitação das Unidades de Reabilitação. Após, a **conselheira Solane Leonor Carvalho de Lima** disse que o “Programa Nacional de Órteses e Próteses” credencia Centros de Reabilitação e transfere para esses Centros verba para a concessão de órteses e próteses que deve ser de forma continuada e ininterrupta porque essa carência é muito grande no município. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** complementou sua fala dizendo que a ABBR é uma Unidade habilitada e que recebe um incentivo ministerial além de possuir uma oficina ortopédica. Prosseguindo, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que foi agendado para o dia quatro de novembro, às dez horas, na Câmara Municipal, pelo Chefe de Gabinete, mais uma oportunidade de discussão. Falou, ainda, que Dr. Renato Cony havia registrado que isso não é um Planejamento Técnico, mas quando se comprometem a uma redução na mortalidade materna, redução na mortalidade infantil, vão atrás desses indicadores fazendo uso de muitas ações e de vários componentes, não só na Atenção Primária. A redução de mortalidade materna, infantil e outras tantas iniquidades não se dará apenas com o aumento de cobertura na Estratégia de Saúde da Família, mas estará representada em muitas outras ações de todas as Subsecretarias. Depois de ler o registro deixado pelo Dr. Renato Cony, a conselheira finalizou a fala, pedindo desculpas pelo ocorrido na reunião passada com o alongamento da “Apresentação” que causou chateação em muitos participantes e lembrou que todos devem participar da “Apresentação” no dia quatro de novembro que será de forma virtual. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, completou afirmando acreditar que a sessão vai ocorrer no Plenário Teotônio Villela e encorajou também a participação dos conselheiros na instância presencial para um melhor aproveitamento. A próxima a falar foi a **conselheira Sônia Nascimento** que com a palavra, cumprimentou a todos e compartilhou que a população negra não deseja apenas um seminário, mas sim recursos, capacitação, respeito e orçamento, assim finalizou pedindo por ações concretas. Seguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** convidou a Estagiária Yasmin Toledo dos Santos para complementar a apresentação do item 3 da Pauta: Apresentação dos subsídios à construção do PMS 2022-2025 a fim de demonstrar os subsídios desenvolvidos para a elaboração do Plano Municipal de Saúde durante o estágio até então. Dessa forma, a **Estagiária Yasmin Toledo dos Santos**, com a palavra, iniciou a apresentação cumprimentando a todos e demonstrou o "Check-list", que tem como finalidade gerar uma avaliação das propostas realizadas por cada Conselho Distrital no PMS e na XIII Conferência de Saúde por seus respectivos delegados, assim finalizou apresentando a listagem dos conselheiros que já haviam enviado e dos mesmos que não enviaram. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** complementou ressaltando a importância do "Check-list" para a próxima conferência já que o documento gera um diagnóstico da situação atual de cada AP em relação às propostas realizadas e adicionou também a relevância da intensificação e fortalecimento do diálogo apresentado. Seguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** e a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, agradeceram a apresentação e passaram a palavra para a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que com esta, sugeriu que os grupos técnicos

responsáveis pelo Plano Plurianual de Saúde pudessem ler o "Check-list" e preencher de acordo com o que os mesmos consideram como concluído, não concluído e parcialmente concluído. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, agradeceu a fala anterior e pediu que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida envie o texto de sua fala junto ao documento para assim poder encaminhar para a avaliação dos grupos técnicos; assim aproveitou a palavra para estimular a participação dos conselheiros que compõe o CMS/RJ e pediu que estes se atentem ao pedido da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, citado anteriormente, sobre a atuação dos mesmos e, também, sobre a ativação das comissões temáticas, pois estas auxiliam abundantemente na elaboração de propostas e ressaltou os prazos também. Dando continuidade a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, então deu início ao item 4 da Pauta: Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos, e assim declarou como conselheira da AP 3.1, que as reuniões na unidade citada já voltaram a modalidade presencial, adicionou que a primeira reunião será no dia seguinte a esta. A próxima a falar foi a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que com na palavra informou a carência de verba para a unidade e sobre o contrato de impressoras que prevê a entrega até setembro dessas, nos Conselhos Distritais e a respectiva AP 5.2 ainda não recebeu sua impressora conforme contrato. Disse que entrou em contato com as secretarias, mas a solução não foi otimizada. Solicitou também o retorno dos ofícios enviados à presidência e a Secretaria Executiva e um esclarecimento proveniente da Presidente deste Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde quanto a volta das atividades presenciais. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** finalizou o ponto e deu início ao item 5 da Pauta: Informes da Secretaria Executiva - 10 minutos. Assim com a palavra, disse que a Secretaria Executiva recebeu um e-mail de Maria Eduarda Melo, Chefe da Área Técnica de Alimentação, Nutrição, Atividade Física e Câncer solicitando apoio na divulgação da campanha nacional sobre alimentação saudável, atividade física e prevenção de câncer que será feita por mídias a fim de informar gestores, sobre a temática citada. Assim, finalizou afirmando que o e-mail foi respondido positivamente, restando agora aguardar e receber a demanda para divulgação. Dando início aos informes das Comissões Temáticas, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** deu início ao informe da Comissão de Educação Permanente, que se relaciona com o pedido que foi feito pela gestão para auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Saúde. Porém, até o momento apenas a mesma se colocou à disposição para tal, assim, ressaltou que aguarda a disposição dos outros conselheiros participantes da comissão para realizar uma reunião, ainda com a palavra informou representando a Comissão de Gênero e Raça, dizendo que a mesma e o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes são representantes no Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Disse que houve apresentação de um projeto de lei que cria um programa que incide sobre uma área técnica específica e foi solicitado assim: que o Conselho possa colaborar nesse processo enviando uma manifestação aos vereadores considerando favorável a criação da Área Técnica de Saúde da População negra. Complementou ressaltando a importância da participação do Conselho e aproveitou para saudar o dia 27 de outubro, dia da Saúde da População Negra. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** foi o próximo a informar sobre o 11º EEONG. Aconteceu nos dias 21 e 22 de outubro o 11º Encontro Estadual de ONGs AIDS, onde estiveram presentes as ONGs de todo o estado que trabalham com ISTs e AIDS, onde foram discutidos os problemas referentes ao tema em todo o estado inclusive no município do Rio. As demais comissões não tinham informes. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** foi a próxima a informar e assim disse que dia 24 de outubro foi o Dia Mundial de Combate a Poliomielite e que foi uma grande pandemia. Pediu atenção ao índice de vacinação que está cada vez mais baixo em especial no Rio de Janeiro com uma queda de 30%

na vacinação de crianças. O próximo a informar foi o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** que solicitou a reativação da Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde – APS da qual participa e atentou para a demanda que vem sendo recebida na atenção primária. Disse que chega a ser muito grande para unidades de Saúde da Família, o que diminui a qualidade do atendimento. A próxima a falar foi a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** da Comissão de Justiça Reprodutiva informando que no dia 19 de outubro de 2021 ocorreu a reunião presencial do Comitê de Mortalidade Materna com representação do Gabinete e adicionou que será criada uma sala para acompanhamento da Mortalidade Materna para estudar um conjunto de ações e políticas para tal. Informou também que no final de semana anterior a esta reunião ocorreu o Seminário Regional de Saúde da Mulher que está fazendo a análise das colaborações da Segunda Conferência de Saúde da Mulher que ocorreu em 2017, para assim preparar a próxima. Ressaltou a importância da participação das comissões que envolvem Saúde da Mulher do CMS/RJ. A próxima a falar foi a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** que chamou atenção para a vacinação de Covid-19 solicitando que os conselheiros participem dessa como instrumentos de informação para a população, ressaltando a importância da representação na Câmara Municipal por conselheiros no dia 4, além de relatar a importância da reativação das Comissões Temáticas, finalizando sua fala e agradeceu a todos. Seguindo assim, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** encerrou o ponto e deu início ao item 7 da Pauta: Informes do Colegiado e passou a palavra para o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, que com essa levantou a situação que está ocorrendo na Policlínica Rodolpho Rocco, a qual a empresa GMQ Facilities de serviços, não está pagando o ticket de alimentação e está em atraso com os salários da equipe de limpeza. Disse que o contato com tal empresa não está sendo bem sucedido e que dessa forma, o serviço de limpeza prestado ao hospital está indo de mal a pior. Informou também que anterior a Executiva, o secretário de saúde visitou em sua respectiva área de planejamento e se comprometeu com a revitalização da emergência e da Policlínica, viabilizando a continuidade do atendimento. A próxima a falar foi a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que fez uma denúncia sobre a equipe de limpeza da Policlínica Carlos Alberto Nascimento que estão a dois meses e seguem trabalhando sem receber seus salários e vale transporte. Disse que os mesmos não quiseram se identificar por temer represálias, logo solicitou que as autoridades presentes pudessem verificar a situação da unidade para encontrar uma solução. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** recomendou que a denúncia seja encaminhada por escrito para a coordenação para a avaliação dos casos citados. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** com a palavra informou que a Associação de Doulas do Rio de Janeiro abriu um ciclo de atendimento gratuito virtual para educação perinatal, programa Acolher Gestantes que conta com 41 doulas para gestantes e puérperas. O próximo a falar foi o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que com a palavra reafirmou a fala dos conselheiros e da conselheira Neide Maria Neres Tinoco e ainda do conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, sobre o pagamento das equipes de limpeza, a qual é de grande importância e deve ser efetuado. Disse que já encaminhou um ofício ao coordenador da AP 5.1 solicitando as medidas cabíveis referentes a essa situação, informando ainda que no dia 29, sexta feira ocorrerá a reunião do Conselho Distrital na modalidade virtual. A **conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão** informou que a Clínica da Família Jardim Moricaba tem apenas dois médicos prestando atendimento e que dessa forma não estão dando conta da alta demanda que esta recebe. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** novamente com a palavra solicitou uma verificação para a impressora da sua unidade que não está funcionando. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu a conselheira Neide Maria Neres Tinoco afirmando que a maioria das reuniões dos Conselhos estão ocorrendo na modalidade virtual e quando há reunião

presencial, estas estão seguindo todos os protocolos de segurança devido a pandemia. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta e quatro minutos pela Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki e nós, **Maria da Conceição Ramos de Carvalho e Yasmin Toledo dos Santos**, damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.



Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Yasmin Toledo dos Santos



Maria de Fátima Gustavo Lopes